

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	27/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00063

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.238.933	3.615.098
1.01	Ativo Circulante	1.826.045	1.227.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	373.763	374.459
1.01.03	Contas a Receber	677.121	633.668
1.01.03.01	Clientes	677.121	633.668
1.01.04	Estoques	3.304	2.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.338	27.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.338	27.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.531	1.523
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	25.807	26.377
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.070	11.764
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	720.449	176.850
1.01.08.03	Outros	720.449	176.850
1.01.08.03.01	Outros Créditos	64.278	84.605
1.01.08.03.02	Derivativos	131.928	92.245
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	524.243	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.412.888	2.387.858
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.458.286	1.429.748
1.02.01.04	Contas a Receber	14.061	13.917
1.02.01.04.01	Clientes	14.061	13.917
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	19.377
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	0	19.377
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	993	1.355
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.443.232	1.395.099
1.02.01.10.03	Derivativos	101.551	76.337
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	212.897	209.403
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Compensar	21.838	19.498
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.099.564	968.375
1.02.01.10.07	Outros Créditos	7.382	7.261
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	0	114.225
1.02.04	Intangível	954.602	958.110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.238.933	3.615.098
2.01	Passivo Circulante	1.638.317	1.480.745
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.486	15.545
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.486	15.545
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	22.486	15.545
2.01.02	Fornecedores	652.126	517.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	652.126	517.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	124.941	152.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.193	35.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.514
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.968	5.474
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	22.923	25.212
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.302	3.700
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	92.252	115.711
2.01.03.02.01	ICMS	92.252	115.711
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	496	567
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	496	567
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	553.378	522.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	441.709	445.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.015	57.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	385.694	387.885
2.01.04.02	Debêntures	111.669	77.409
2.01.04.02.01	Debêntures	111.669	77.409
2.01.05	Outras Obrigações	285.386	272.800
2.01.05.02	Outros	285.386	272.800
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	36.722
2.01.05.02.06	Derivativos	8.522	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	137.038	110.833
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	92.993	111.230
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	18.388	14.015
2.01.05.02.10	Dividendo e Juros sobre o Capital Proprio	28.445	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.049.411	1.673.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.555.792	1.247.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	724.118	722.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	104.328	144.392
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	619.790	578.092
2.02.01.02	Debêntures	831.674	524.855
2.02.01.02.01	Debêntures	831.674	524.855
2.02.02	Outras Obrigações	232.995	184.867
2.02.02.02	Outros	232.995	184.867
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	118.850	128.346
2.02.02.02.05	Derivativos	0	19.753
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	73.434	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	40.711	36.768
2.02.03	Tributos Diferidos	7.107	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.107	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.03.01.01	Débitos fiscais diferidos	7.107	0
2.02.04	Provisões	253.517	241.088
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	253.517	241.088
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	187.421	179.189
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.837	32.926
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.595	24.597
2.02.04.01.05	Outros	2.664	4.376
2.03	Patrimônio Líquido	551.205	461.059
2.03.01	Capital Social Realizado	240.144	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	55.905	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	51.393	280.148
2.03.04.01	Reserva Legal	7.604	7.604
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	200.310
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	28.445
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	43.789	43.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	314.220	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-110.457	-115.138

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.108.488	3.009.169	1.162.416	2.899.796
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-972.557	-2.552.162	-1.029.935	-2.449.694
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-831.646	-2.175.406	-894.263	-2.086.446
3.02.02	Custo de Operação	-65.157	-199.320	-66.829	-194.127
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-75.754	-177.436	-68.843	-169.121
3.03	Resultado Bruto	135.931	457.007	132.481	450.102
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.422	-205.517	-66.717	-218.447
3.04.01	Despesas com Vendas	-34.287	-97.827	-29.025	-94.186
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.067	-101.073	-35.474	-117.156
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.068	-6.617	-2.218	-7.105
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	60.509	251.490	65.764	231.655
3.06	Resultado Financeiro	-15.571	-40.078	-24.246	-89.975
3.06.01	Receitas Financeiras	24.963	67.389	27.893	91.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.534	-107.467	-52.139	-181.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.938	211.412	41.518	141.680
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.122	-79.308	-15.465	-53.772
3.08.01	Corrente	-4.639	-45.864	-14.189	-31.882
3.08.02	Diferido	-12.483	-33.444	-1.276	-21.890
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.816	132.104	26.053	87.908
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.816	132.104	26.053	87.908
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00052	0,00249	0,00047	0,00159
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,00052	0,00174

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	27.816	132.104	26.053	87.908
4.02	Outros Resultados Abrangentes	518	-1.516	0	0
4.02.01	Ganhos (Perdas) Atuariais	518	-1.516	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.334	130.588	26.053	87.908

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-79.196	-15.647
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	408.702	438.670
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	211.412	141.680
6.01.01.02	Amortização	74.581	72.023
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	17.492	28.696
6.01.01.04	Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	48.919	142.652
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Plano de Pensão	12.279	12.933
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	6.631	7.153
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	37.388	33.533
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-487.898	-454.317
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-98.602	-310.593
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-1.796	9.265
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	2.227	9.189
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	18.928	2.082
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-376.746	26.635
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	4.639	-16.891
6.01.02.09	Fornecedores	134.766	297.476
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-59.360	-30.852
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-25.723	11.795
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-17.402	-8.219
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-77.990	-110.461
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-18.237	18.657
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-14.530	-44.357
6.01.02.16	Contas a pagar - CDE	6.788	0
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	8.199	-332.015
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	26.941	23.972
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-174.354	-141.134
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	533	80
6.02.03	Adições de Intangível	-174.887	-141.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	252.854	-42.862
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	900.703	303.442
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-734.032	-216.589
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-59.916
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	86.183	-69.799
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-696	-199.643
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	374.459	783.818
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	373.763	584.175

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	-28.445	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.910	4.681	118.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.104	0	132.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.194	4.681	-13.513
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-6.198	4.681	-1.517
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.06.10	Retificação do Dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/2017	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	51.393	314.220	-110.457	551.205

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.588	-4.588	0	-52.722	0	-52.722
5.04.01	Aumentos de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Intermediário	0	0	0	-52.722	0	-52.722
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.908	0	87.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.908	0	87.908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.677	-9.513	0	12.164
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	9.513	-9.513	0	0
5.06.09	Recomposição da Reserva Estatutária	0	0	12.164	-12.164	0	0
5.06.10	Retificação do Dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/2017	0	0	0	12.164	0	12.164
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	195.321	25.673	-113.938	403.105

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	4.893.058	4.604.353
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.753.272	4.469.051
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	177.174	168.836
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-37.388	-33.534
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.784.589	-2.703.179
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.423.663	-2.349.590
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-294.723	-273.658
7.02.04	Outros	-66.203	-79.931
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.108.469	1.901.174
7.04	Retenções	-74.713	-72.146
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-74.713	-72.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.033.756	1.829.028
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.153	97.075
7.06.02	Receitas Financeiras	72.153	97.075
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.105.909	1.926.103
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.105.909	1.926.103
7.08.01	Pessoal	111.966	122.927
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.183	69.998
7.08.01.02	Benefícios	48.045	47.211
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.738	5.718
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.748.619	1.528.766
7.08.02.01	Federais	984.972	885.135
7.08.02.02	Estaduais	761.868	641.872
7.08.02.03	Municipais	1.779	1.759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113.220	186.502
7.08.03.01	Juros	109.906	183.100
7.08.03.02	Aluguéis	3.314	3.402
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	132.104	87.908
7.08.04.02	Dividendos	0	52.722
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	132.104	35.186

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
Receita operacional bruta	1.791.030	1.756.570	2,0%	4.930.446	4.637.887	6,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.165.010	956.717	21,8%	3.529.057	3.011.206	17,2%
Suprimento de energia elétrica	80.696	306.349	-73,7%	137.862	594.616	-76,8%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	75.663	68.720	10,1%	177.174	168.836	4,9%
Outras receitas operacionais	246.061	161.666	52,2%	673.057	486.872	38,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	223.600	263.118	-15,0%	413.296	376.357	9,8%
Deduções da receita operacional	(682.542)	(594.154)	14,9%	(1.921.277)	(1.738.091)	10,5%
Receita operacional líquida	1.108.488	1.162.416	-4,6%	3.009.169	2.899.796	3,8%
Custo com energia elétrica	(831.646)	(894.263)	-7,0%	(2.175.406)	(2.086.446)	4,3%
Energia comprada para revenda	(760.959)	(843.005)	-9,7%	(1.810.534)	(1.956.299)	-7,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(70.687)	(51.258)	37,9%	(364.872)	(130.147)	180,4%
Custo e despesa operacional	(216.333)	(202.389)	6,9%	(582.274)	(581.694)	0,1%
Pessoal	(34.815)	(39.529)	-11,9%	(108.425)	(120.527)	-10,0%
Entidade de previdência privada	(4.093)	(4.311)	-5,1%	(12.279)	(12.933)	-5,1%
Material	(6.366)	(5.832)	9,2%	(18.054)	(15.860)	13,8%
Serviço de terceiros	(38.378)	(34.904)	10,0%	(110.939)	(100.917)	9,9%
Amortização	(24.761)	(24.060)	2,9%	(74.581)	(72.023)	3,6%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(75.663)	(68.720)	10,1%	(177.174)	(168.836)	4,9%
Outros	(32.257)	(25.031)	28,9%	(80.820)	(90.598)	-10,8%
Resultado do serviço	60.509	65.764	-8,0%	251.490	231.655	8,6%
Resultado financeiro	(15.571)	(24.247)	-35,8%	(40.079)	(89.976)	-55,5%
Receitas financeiras	24.963	27.893	-10,5%	67.389	91.892	-26,7%
Despesas financeiras	(40.534)	(52.140)	-22,3%	(107.467)	(181.868)	-40,9%
Resultado antes dos tributos	44.938	41.518	8,2%	211.412	141.680	49,2%
Contribuição social	(4.611)	(4.166)	10,7%	(20.982)	(14.303)	46,7%
Imposto de renda	(12.511)	(11.299)	10,7%	(58.326)	(39.469)	47,8%
Resultado Líquido do Período	27.816	26.053	6,8%	132.104	87.908	50,3%
EBITDA	85.270	89.825	-5,1%	326.071	303.678	7,4%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.791.030, apresentando aumento de 2,0% (R\$ 34.460) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.715.367, apresentando um aumento de 1,6% (R\$ 27.517) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 21,8% (R\$ 208.293) principalmente pelo (i) aumento de 22,3% na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 17,28% (percepção do consumidor) e pelo impacto da aplicação de bandeira predominantemente vermelha patamar 2 no 3º trimestre de 2018, compensado por (ii) redução de 0,4% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 73,7% (R\$ 225.653) principalmente pelo volume menor de energia elétrica comercializada no curto prazo associado as recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 52,2% (R\$ 84.395) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 41.859) em função principalmente do RTA de outubro de 2017 e aumento no volume de energia vendida, (ii) aumento nas subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e subvenção CCRBT (R\$ 26.060), (iii) aumento na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 14.915), (iv) ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 3.730) compensado parcialmente por (v) arrendamentos e aluguéis (R\$ 1.920);

Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 15,0% (R\$ 39.518), principalmente em: (i) amortização dos ativos e passivos homologados compensado parcialmente por (ii) diferimento de sobrecontratação, CDE, Proinfa compensado parcialmente por custo de energia, Encargos de Rede Básica, neutralidade, Encargos de Serviços do Sistema, Itaipu e transporte de Itaipu.

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 0,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 49,0% do mercado total da distribuidora. O consumo registrou estagnação no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Salientamos que parte do resultado reflete as temperaturas mais baixas no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, em especial na região da Baixada Santista.

A classe comercial, que representa 21,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 2,2% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete as temperaturas mais baixas no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, em especial na região da Baixada Santista, acrescido pelo efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 15,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,6% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 14,1% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 7,3% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe serviço público, devido a entrada de um grande cliente, e rural, pela pluviometria abaixo de 2017, o que enseja maior utilização do sistema de irrigação.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 2,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta estagnação na classe residencial de -0,1%, crescimento na classe comercial de 0,5% e industrial de 4,3%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 7,9%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2018 foram de R\$ 682.542, apresentando um aumento de 14,9% (R\$ 88.388) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS (R\$ 46.387), (ii) CDE (R\$ 44.130), (iii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 3.169), compensado parcialmente por (iv) PROINFA (R\$ 5.773).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 831.646, apresentando uma redução de 7,0% (R\$ 62.617), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 9,7% (R\$ 82.046) em função: (i) redução de 20,0% no volume de energia comprada, (ii) ressarcimento de geradoras (R\$ 1.536), compensado parcialmente por (iii) aumento de 12,8% no preço médio justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pela variação positiva do dólar no trimestre de 2018 e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 10.104).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 37,9% (R\$ 19.429) impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 38.007), compensado parcialmente por (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) líquido do repasse da CONER (R\$ 17.989).

Custo e despesa operacional

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 216.333 no 3º trimestre de 2018, apresentando um aumento de 6,9% (R\$ 13.944) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 140.670, apresentando aumento de 5,2% (R\$ 7.001).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 115.909 neste trimestre, um aumento de 5,7% (R\$ 6.302) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 11,9% (R\$ 4.714) principalmente por conta da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 699/2016, compensado por aumento PLR;
- ii. **Serviços de terceiros:** aumento de 10,0% (3.474) principalmente em: (i) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 1.912) e (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 1.058);
- iii. **Outros:** aumento de 28,9% (R\$ 7.226) principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 4.570) e (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 3.201) principalmente em função de adição de processo de majoração tarifária.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 15.571, uma redução de 35,8% (R\$ 8.676) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 10,5% (R\$ 2.930) principalmente em: (i) rendas de aplicações financeiras (R\$ 10.030), compensado parcialmente por (ii) atualizações monetárias de parcelamentos de débitos (R\$ 3.345), (iii) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 2.022) e (iv) atualização de ativos financeiros setoriais (R\$ 1.614);
- **Despesas financeiras:** redução de 22,3% (R\$ 11.606), principalmente em: (i) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 6.670) e (ii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 4.849).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 17.122, apresentando aumento de 10,7% (R\$ 1.657) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 27.816, com aumento de 6,8% (R\$ 1.763), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 85.270, apresentando redução de 5,1% (R\$ 4.555) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	373.763	374.459
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	677.121	633.668
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	13.531	1.523
Outros tributos a compensar	7	25.807	26.377
Derivativos	29	131.928	92.245
Ativo financeiro setorial	8	524.243	-
Estoques		3.304	2.599
Outros créditos	11	76.347	96.370
Total do circulante		1.826.044	1.227.240
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	14.061	13.917
Depósitos judiciais	19	212.897	209.403
Outros tributos a compensar	7	21.838	19.498
Ativo financeiro setorial	8	-	114.225
Derivativos	29	101.551	76.337
Créditos fiscais diferidos	9	-	19.377
Ativo financeiro da concessão	10	1.099.564	968.375
Outros créditos	11	8.375	8.616
Intangível	12	954.602	958.110
Total do não circulante		2.412.888	2.387.858
Total do ativo		4.238.933	3.615.098

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	652.126	517.360
Empréstimos e financiamentos	14	441.708	445.453
Debêntures	15	111.669	77.409
Entidade de previdência privada	16	18.388	14.015
Taxas regulamentares	17	92.993	111.230
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	1.514
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	124.941	150.664
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	28.445	-
Obrigações estimadas com pessoal		22.486	15.545
Derivativos	29	8.522	-
Passivo financeiro setorial	8	-	36.722
Outras contas a pagar	20	137.038	110.834
Total do circulante		1.638.317	1.480.745
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	724.118	722.484
Debêntures	15	831.674	524.855
Entidade de previdência privada	16	118.850	128.346
Débitos fiscais diferidos	9	7.107	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	253.517	241.088
Derivativos	29	-	19.753
Passivo financeiro setorial	8	73.434	-
Outras contas a pagar	20	40.711	36.768
Total do não circulante		2.049.411	1.673.294
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		240.144	240.144
Reserva de capital		55.905	55.905
Reserva legal		7.604	7.604
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		-	200.310
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		43.789	43.789
Dividendo		-	28.445
Resultado abrangente acumulado		(110.457)	(115.138)
Lucros acumulados		314.220	-
Total do patrimônio líquido		551.205	461.059
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.238.933	3.615.098

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2018		2017	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	1.108.488	3.009.169	1.162.416	2.899.796
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	24	(831.646)	(2.175.406)	(894.263)	(2.086.446)
Custo de operação	25	(65.157)	(199.320)	(66.829)	(194.127)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(75.754)	(177.436)	(68.843)	(169.121)
Lucro operacional bruto		135.931	457.007	132.481	450.102
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(34.287)	(97.827)	(29.025)	(94.186)
Despesas gerais e administrativas		(39.067)	(101.073)	(35.474)	(117.156)
Outras despesas operacionais		(2.068)	(6.618)	(2.218)	(7.104)
Resultado do serviço		60.509	251.490	65.764	231.655
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		24.963	67.389	27.893	91.892
Despesas financeiras		(40.534)	(107.467)	(52.140)	(181.868)
		(15.571)	(40.079)	(24.247)	(89.976)
Lucro antes dos tributos		44.938	211.412	41.518	141.680
Contribuição social	9	(4.611)	(20.982)	(4.166)	(14.303)
Imposto de renda	9	(12.511)	(58.326)	(11.299)	(39.469)
		(17.122)	(79.308)	(15.465)	(53.772)
Lucro líquido do período		27.816	132.104	26.053	87.908
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,52	2,49	0,47	1,59
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	-	0,52	1,74

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	27.816	132.104	26.053	87.908
Outros resultados abrangentes	518	(1.516)	-	-
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	518	(1.516)	-	-
Resultado abrangente do período	28.334	130.588	26.053	87.908

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	132.104	132.104
Ouros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.681	(6.197)	(1.516)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Extinção da reserva estatutária no período - AGE de 27/04/2018 (Nota 21.2)	-	-	-	(200.310)	-	-	-	200.310	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(28.445)	-	-	(28.445)
Saldos em 30 de setembro de 2018	240.144	55.905	7.604	-	43.789	-	(110.457)	314.220	551.205

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.556	60.493	173.644	-	(113.939)	-	355.755
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	87.908	87.908
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	9.513	-	-	(9.513)	-
Recomposição da reserva estatutária	-	-	12.164	-	-	(12.164)	-
Transações de capital com os acionistas							
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(52.722)	(52.722)
Retificação do dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/17	-	-	-	-	-	12.164	12.164
Saldos em 30 de setembro de 2017	240.144	55.905	195.321	-	(113.939)	25.673	403.105

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Lucro antes dos tributos	211.412	141.680
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	74.581	72.023
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.492	28.696
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37.388	33.533
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	48.919	142.652
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	12.279	12.933
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.631	7.153
	408.702	438.670
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(98.602)	(310.593)
Tributos a compensar	(1.796)	9.265
Depósitos judiciais	2.227	9.189
Ativo financeiro setorial	(376.746)	26.635
Contas a receber - CDE	18.928	2.082
Outros ativos operacionais	4.639	(16.891)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	134.766	297.476
Outros tributos e contribuições sociais	(25.723)	11.795
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(17.402)	(8.219)
Taxas regulamentares	(18.237)	18.657
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14.530)	(44.357)
Passivo financeiro setorial	8.199	(332.015)
Contas a pagar - CDE	6.788	-
Outros passivos operacionais	26.941	23.972
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	58.154	125.666
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(77.990)	(110.461)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59.360)	(30.852)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(79.196)	(15.647)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	533	80
Adições de intangível	(174.887)	(141.214)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(174.354)	(141.134)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	900.703	303.442
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(734.032)	(216.589)
Liquidação de operações com derivativos	86.183	(69.799)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(59.916)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	252.854	(42.862)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(696)	(199.643)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	374.459	783.818
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	373.763	584.175

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	<u>9 meses de 2018</u>	<u>9 meses de 2017</u>
1 - Receita	4.893.058	4.604.353
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.753.272	4.469.051
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	177.174	168.836
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.388)	(33.533)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.784.589)	(2.703.179)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.423.663)	(2.349.590)
2.2 Material	(122.599)	(108.642)
2.3 Serviços de terceiros	(172.124)	(165.016)
2.4 Outros	(66.203)	(79.931)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.108.469	1.901.174
4 - Retenções	(74.713)	(72.146)
4.1 Amortização	(74.713)	(72.146)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.033.756	1.829.028
6 - Valor adicionado recebido em transferência	72.153	97.075
6.1 Receitas financeiras	72.153	97.075
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.105.909	1.926.103
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	111.966	122.927
8.1.1 Remuneração direta	58.183	69.998
8.1.2 Benefícios	48.045	47.211
8.1.3 F.G.T.S	5.738	5.718
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.748.619	1.528.766
8.2.1 Federais	984.972	885.136
8.2.2 Estaduais	761.868	641.872
8.2.3 Municipais	1.779	1.759
8.3 Remuneração de capital de terceiros	113.220	186.502
8.3.1 Juros	109.906	183.100
8.3.2 Aluguéis	3.314	3.402
8.4 Remuneração de capital próprio	132.104	87.908
8.4.1 Dividendo	-	52.722
8.4.2 Lucros retidos	132.104	35.186
	2.105.909	1.926.103

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3, e, portanto devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 5 de novembro de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Notas Explicativas

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os reflexos das mudanças nas políticas contábeis também são esperados nas demonstrações financeiras da Companhia

Notas Explicativas

para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17, CPC 38, 39, 40 e interpretações relacionadas. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Os efeitos da aplicação inicial dessas normas são atribuídos principalmente:

- Às categorias de classificação para ativos e passivos financeiros, extinguindo as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda;
- Quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- A um aumento nas perdas por *impairment* no saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado.

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da

Notas Explicativas

mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada conforme nota 29 destas informações financeiras intermediárias.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham o efeito das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício.

As diferenças nos valores contábeis dos passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC foram reconhecidas de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 9.389 (R\$ 6.197 líquido dos efeitos tributários) em Lucros Acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de perda de crédito esperada, ao contrário do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente as perdas de créditos esperadas e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38, em que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do período. Como resultado retrospectivo da adoção deste pronunciamento a Companhia em 1º de janeiro de 2018 registrou o complemento de despesa de R\$ 18.176 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 11.996 líquido dos efeitos tributários).

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional.

Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foi R\$ 3.229 (nota 23).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	23.096	67.347
Aplicações financeiras	350.667	307.112
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	51.545
Certificado de depósito bancário (b)	252.745	222.483
Operações compromissadas em debêntures (b)	97.922	-
Fundos de investimento (c)	-	33.084
Total	<u><u>373.763</u></u>	<u><u>374.459</u></u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,5% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 97% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Notas Explicativas

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	140.299	106.208	17.953	264.460	250.815
Industrial	26.345	14.635	16.938	57.918	74.393
Comercial	45.774	16.397	6.614	68.785	76.757
Rural	2.099	1.196	151	3.446	3.335
Poder público	10.134	476	14	10.624	12.231
Iluminação pública	11.300	659	1	11.961	11.382
Serviço público	10.931	152	3.669	14.752	14.912
Faturado	246.882	139.723	45.340	431.946	443.825
Não faturado	189.904	-	-	189.904	196.269
Parcelamento de débito de consumidores	32.127	5.841	7.230	45.197	33.979
Operações realizadas na CCEE	82.558	-	-	82.558	7.315
Concessionárias e permissionárias	2.125	-	-	2.125	2.112
	553.596	145.564	52.570	751.730	683.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(74.610)	(49.829)
Total				677.121	633.668
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	8.336	-	-	8.336	8.128
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	16.544	-	-	16.544	16.336
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.482)	(2.419)
Total				14.061	13.917

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(52.248)	(2.785)	(55.033)
Provisão revertida (constituída) liquida	(62.021)	(258)	(62.279)
Recuperação de receita	24.891	-	24.891
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(17.877)	(299)	(18.176)
Baixa de contas a receber provisionadas	30.161	-	30.161
Saldo em 30/09/2018	(77.092)	(3.342)	(80.434)
Circulante	(74.610)	(3.342)	(77.952)
Não circulante	(2.482)	-	(2.482)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

Notas Explicativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.080	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	9.387	485
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.064	1.038
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.531	1.523
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.689	6.119
ICMS a compensar	14.174	13.484
Programa de integração social - PIS	995	968
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.485	4.359
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.365	1.365
Outros	99	82
Outros tributos a compensar	25.807	26.377
Total circulante	39.338	27.900
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	21.838	19.498
Total não circulante	21.838	19.498

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/09/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	286.642	(94.112)	192.527	357.478	101.883	9.768	(44.750)	617.129	(225)	616.906
CVA (*)										
CDE (**)	(29.097)	(134.692)	(163.790)	66.814	134.649	(3.859)	-	37.112	(3.299)	33.814
Custos energia elétrica	474.743	81.139	555.882	(21.558)	(77.115)	7.195	(44.750)	413.714	5.940	419.654
ESS e EER (***)	(115.803)	(113.044)	(228.848)	(98.748)	112.459	(8.555)	-	(214.655)	(9.037)	(223.691)
Proinfa	-	(13.378)	(13.378)	2.305	13.602	(378)	-	2.305	(155)	2.150
Rede básica	11.030	12.236	23.266	2.175	(11.787)	1.404	-	14.274	784	15.058
Repasse de Itaipu	139.896	62.941	202.836	175.080	(59.979)	9.306	-	322.570	4.673	327.243
Transporte de Itaipu	8.882	4.808	13.689	4.321	(4.507)	669	-	13.742	430	14.172
Neutralidade dos encargos setoriais	(6.053)	69.737	63.685	(10.726)	(64.537)	(486)	-	(17.264)	5.201	(12.063)
Sobrecontratação	(196.956)	(63.859)	(260.815)	237.815	59.097	4.472	-	45.331	(4.762)	40.569
Outros componentes financeiros	(159.560)	44.536	(115.024)	(30.304)	(15.761)	(5.009)	-	(167.368)	1.270	(166.098)
Total	127.082	(49.576)	77.503	327.175	86.121	4.759	(44.750)	449.761	1.045	450.809
Ativo circulante			-							524.243
Ativo não circulante			114.225							-
Passivo circulante			(36.722)							-
Passivo não circulante			-							(73.434)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	-	776
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.439	11.215
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(14.059)</u>	<u>(8.773)</u>
Subtotal	(3.620)	3.218
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	-	2.300
Benefício fiscal do intangível incorporado	35.826	38.491
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(39.313)</u>	<u>(24.632)</u>
Subtotal	(3.487)	16.159
Total	<u>(7.107)</u>	<u>19.377</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.306	25.851	8.505	23.625
Entidade de previdência privada	2.759	7.665	2.331	6.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.239	20.107	4.953	13.758
Provisão energia livre	1.964	5.454	1.873	5.204
Programas de P&D e eficiência energética	5.050	14.029	4.366	12.129
Provisão relacionada a pessoal	544	1.510	702	1.949
Derivativos	(20.599)	(57.220)	(14.316)	(39.766)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.106)	(3.072)	(1.188)	(3.300)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(30.195)	(83.876)	(27.315)	(75.875)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	(348)	(966)	(120)	(333)
Outros	514	1.165	620	1.461
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.273	20.204	7.273	20.204
Total	<u>(14.059)</u>	<u>(39.313)</u>	<u>(8.773)</u>	<u>(24.632)</u>

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos

Notas Explicativas**trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017:**

	CSLL			
	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	44.938	211.412	41.518	141.680
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(621)	(1.765)	(928)	(1.066)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.674	21.914	5.327	17.051
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	238	1.572	368	1.253
Base de cálculo	51.229	233.133	46.285	158.918
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(4.611)	(20.982)	(4.166)	(14.303)
Corrente	(1.351)	(12.302)	(3.861)	(8.631)
Diferido	(3.260)	(8.680)	(305)	(5.672)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro Antes dos Tributos	44.938	211.412	41.518	141.680
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(621)	(1.765)	(928)	(1.066)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.674	21.914	5.327	17.051
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(946)	1.744	(719)	212
Base de Cálculo	50.045	233.305	45.198	157.877
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(12.511)	(58.326)	(11.299)	(39.469)
Corrente	(3.288)	(33.562)	(10.327)	(23.251)
Diferido	(9.223)	(24.764)	(972)	(16.218)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	968.375
Adições	100.902
Ajuste ao valor justo	33.217
Baixas	(2.929)
Saldo em 30/09/2018	1.099.564

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	701	1.324	678	678
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	790	6.704	6.583
Ordens em curso	23.528	34.138	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.684	1.266	-	-
Despesas antecipadas	12.070	11.764	993	1.355
Contas a receber - CDE	15.729	34.657	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.876	2.872	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.690	5.880	-	-
Faturas diversas	1.636	1.605	-	-
Outros	12.776	4.857	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(3.342)	(2.785)	-	-
Total	76.347	96.370	8.375	8.616

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.550 (R\$ 1.767 em 31 de dezembro de 2017), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 14.171 (R\$ 31.130 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 (R\$ 1.760 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 1.821 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
Saldo em 31/12/2017	783.400	174.710	958.110
Custo histórico	2.046.634	174.710	2.221.344
Amortização acumulada	(1.263.234)	-	(1.263.234)
Adições	-	177.658	177.658
Amortização	(74.713)	-	(74.713)
Transferência - intangíveis	75.410	(75.410)	-
Transferência - ativo financeiro	(25)	(100.877)	(100.902)
Baixa e transferência - outros ativos	(5.552)	-	(5.552)
Saldo em 30/09/2018	778.520	176.082	954.602
Custo histórico	2.094.608	176.082	2.270.690
Amortização acumulada	(1.316.088)	-	(1.316.088)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foram capitalizados R\$ 2.639 (R\$ 1.629 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 26).

Notas Explicativas**(13) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Suprimento de energia elétrica	486.974	338.527
Encargos de uso da rede elétrica	40.058	58.864
Materiais e serviços	84.401	81.146
Energia livre	40.694	38.824
Total	<u>652.126</u>	<u>517.360</u>

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2018
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	80.777	-	(14.714)	2.285	-	(2.336)	66.013
Pós Fixado							
TJLP	84.916	-	(22.099)	4.862	-	(4.646)	63.032
Selic	37.052	-	(6.689)	2.301	-	(678)	31.984
Total ao custo	<u>202.745</u>	<u>-</u>	<u>(43.502)</u>	<u>9.448</u>	<u>-</u>	<u>(7.660)</u>	<u>161.029</u>
Gastos com captação (*)	<u>(3.358)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.672</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(686)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	761.304	394.200	(415.956)	22.426	161.199	(19.825)	903.347
Euro	218.814	100.000	(215.824)	457	8.544	(2.064)	109.926
Marcação a mercado	(11.567)			3.777			(7.790)
Total ao valor justo	<u>968.551</u>	<u>494.200</u>	<u>(631.780)</u>	<u>26.660</u>	<u>169.743</u>	<u>(21.889)</u>	<u>1.005.483</u>
Total	<u>1.167.937</u>	<u>494.200</u>	<u>(675.282)</u>	<u>38.780</u>	<u>169.743</u>	<u>(29.549)</u>	<u>1.165.826</u>
Circulante	445.453						441.708
Não circulante	722.484						724.118

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a)	61.005	72.761	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado 4,5%		5.008	8.016	2012 a 2019	Aval da CPFL Energia
			<u>66.013</u>	<u>80.777</u>		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,3%	(b)	63.032	84.916	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>63.032</u>	<u>84.916</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	31.984	37.052	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
Total moeda nacional			<u><u>161.029</u></u>	<u><u>202.745</u></u>		
Gastos com captação (*)			(686)	(3.358)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 2,7%	(c)	721.363	761.304	2018 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,2768%		181.984	-	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
			<u>903.347</u>	<u>761.304</u>		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,8% a 1,6350%		109.926	218.814	2018 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(7.790)	(11.567)		
Total moeda estrangeira			<u><u>1.005.483</u></u>	<u><u>968.551</u></u>		
Total			<u><u>1.165.826</u></u>	<u><u>1.167.937</u></u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 66% do CDI
 (b) De 61% a 122% do CDI
 (c) 107% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC's 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados a custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.005.483 (R\$ 968.551 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 7.790 (R\$ 11.567 em 31 de dezembro de 2017), que adicionados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.175 (perda de R\$ 10.960 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total de R\$ 8.965 (ganho total líquido de R\$ 607 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2019	67.335
2020	268.932
2021	375.656
2022	15.857
2023	3.774
2024	944
Subtotal	732.498
Marcação a mercado	(8.380)
Total	724.118

Adições no período:

Moeda estrangeira – Lei 4.131:

Dólar – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 394.200 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Euro – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 100.000 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Pré-pagamento no período:

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 246.667 de empréstimos cujos vencimentos originais eram a partir de 2019.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2018, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice de 3,5.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último

Notas Explicativas

período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2018
Pós fixado						
CDI	542.592	215.000	(58.750)	35.649	(45.213)	689.278
IPCA	62.299	197.000	-	5.494	(3.228)	261.565
Total ao custo	604.891	412.000	(58.750)	41.143	(48.441)	950.843
Gastos com captação (*)	(2.627)	(5.497)	-	624	-	(7.500)
Total	602.264	406.503	(58.750)	41.767	(48.441)	943.343
Circulante	77.409					111.669
Não circulante	524.855					831.674

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
CDI	109,5 % do CDI CDI + 0,48% a 0,83% (1) (2)	(a)	689.278	542.592	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 5,2901% a 5,80%	(b)	261.565	62.299	2025	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com captação (*)		(7.500)	(2.627)		
Total			943.343	602.264		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(1) Swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,73% e 7,61%

(2) O swap da operação representa 40,73% do principal da dívida

Taxa efetiva a.a:

(a) De 106,2% a 109,5% do CDI | CDI + de 0,89% a 0,91%

(b) IPCA + 5,2901 | IPCA + 6,31%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2020	55.648
2021	395.493
2022	122.112
2023	30.768
2024 a 2025	227.654
Total	831.674

Adições no período:

Notas Explicativas

9ª emissão

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram subscritas e integralizadas 215.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, serie única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 215.000 (R\$ 214.739 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos foram destinados para plano de investimento, refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

10ª emissão

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram subscritas e integralizadas 197.000 debêntures, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, serie única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 197.000 (R\$ 191.764 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos foram destinados para plano de investimento, refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2018 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	141.724
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.279
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(17.357)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/09/2018	136.646
Outras contribuições	592
Total passivo	<u>137.238</u>
Circulante	18.388
Não circulante	118.850

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2018</u>	<u>9 meses de 2017</u>
Custo do serviço	3.273	2.364
Juros sobre obrigações atuariais	85.971	95.670
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(76.965)</u>	<u>(85.101)</u>
Total da despesa (receita)	<u>12.279</u>	<u>12.933</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	302	302
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	31.359	57.149
Bandeiras tarifárias e outros	<u>61.332</u>	<u>53.779</u>
Total	<u>92.993</u>	<u>111.230</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 30.584, (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.701 (R\$ 10.701 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 20.658 (R\$ 15.864 em 31 de dezembro de 2017).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 1.821.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia

Notas Explicativas

(nota 23.4)

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	907
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	607
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>-</u>	<u>1.514</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	92.252	115.711
Programa de integração social - PIS	4.968	5.474
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.923	25.212
Outros	4.798	4.268
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>124.941</u>	<u>150.664</u>
Total	<u>124.941</u>	<u>152.178</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	32.837	12.020	32.926	13.586
Cíveis	30.595	30.945	24.597	30.362
Fiscais				
Imposto de renda	150.656	162.159	147.100	158.276
Outras	36.765	7.773	32.089	7.179
	<u>187.421</u>	<u>169.932</u>	<u>179.189</u>	<u>165.455</u>
Outros	2.664	-	4.375	-
Total	<u>253.517</u>	<u>212.897</u>	<u>241.088</u>	<u>209.403</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/09/2018</u>
Trabalhistas	32.926	5.807	(3.325)	(6.125)	3.553	32.837
Cíveis	24.597	14.119	(2.688)	(8.392)	2.958	30.595
Fiscais	179.189	4.072	(201)	(13)	4.375	187.421
Outros	4.375	-	(1.858)	-	147	2.664
Total	<u>241.088</u>	<u>23.997</u>	<u>(8.071)</u>	<u>(14.530)</u>	<u>11.034</u>	<u>253.517</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais

Notas Explicativas

externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estavam assim representadas:

	30/09/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	89.860	76.965	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	125.275	121.742	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	579.093	467.045	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	3.832	3.613	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	798.061	669.365	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	45.293	15.504	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	28.179	36.732	15.812	13.953
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.976	21.983	11.935	7.294
EPE / FNDCT / PROCEL	6.338	3.367	-	-
Fundo de reversão	1.527	-	11.315	13.987
Adiantamentos	1.699	1.584	108	139
Descontos tarifários - CDE	12.267	5.479	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	219	-	-
Folha de pagamento	1.437	2.151	-	-
Participação nos lucros	6.524	8.246	801	1.395
Convênios de arrecadação	12.550	12.491	-	-
Outros	3.102	3.079	740	-
Total	137.038	110.834	40.711	36.768

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

21.1 – Distribuição de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 27 de abril de 2018 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 33.464 (R\$ 28.445 líquido dos efeitos tributários), atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,630250424 e (ii) dividendos intermediários no montante de R\$ 52.722 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,950795647 e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 1,045875212.

21.2 – Extinção da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão.

Na AGO/E de 27 de abril de 2018 foi aprovada a extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 200.310 para a conta de Lucros Acumulados.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	27.816	132.104	26.053	87.908
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	29.564.003	29.564.003
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	-	-	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,52	2,49	0,47	1,59
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	-	0,52	1,74

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Notas Explicativas

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	629.461	1.920.788	522.044	1.644.624
Industrial	178.618	498.568	146.189	442.821
Comercial	258.264	804.175	212.605	694.576
Rural	11.670	32.927	9.150	26.700
Poderes públicos	30.144	93.661	25.051	78.926
Iluminação pública	33.132	90.366	27.162	77.801
Serviço público	38.684	96.334	23.874	70.806
Fornecimento faturado	1.179.972	3.536.819	966.076	3.036.253
Fornecimento não faturado (líquido)	(14.962)	(7.762)	(9.359)	(25.047)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(388.662)	(1.242.555)	(347.275)	(1.106.447)
Fornecimento de energia elétrica	776.348	2.286.502	609.442	1.904.759
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	9.268	28.623	4.923	14.855
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.430)	(7.651)	(525)	(1.635)
Energia elétrica de curto prazo	71.428	109.239	301.426	579.761
Suprimento de energia elétrica	78.266	130.211	305.824	592.981
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	391.092	1.250.206	347.799	1.108.082
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	148.348	454.888	106.489	298.414
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(595)	(3.229)	-	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	75.663	177.174	68.720	168.836
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	223.600	413.296	263.118	376.357
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	15.489	32.005	574	14.413
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	63.127	131.212	37.067	120.684
Outras receitas e rendas	19.692	58.181	17.536	53.361
Outras receitas operacionais	936.416	2.513.733	841.303	2.140.147
Total da receita operacional bruta	1.791.030	4.930.446	1.756.570	4.637.887
Deduções da receita operacional				
ICMS	(250.140)	(761.506)	(203.753)	(641.471)
PIS	(28.109)	(78.047)	(27.871)	(73.698)
COFINS	(129.470)	(359.487)	(128.376)	(339.456)
ISS	(26)	(70)	(24)	(72)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(213.679)	(599.792)	(169.549)	(519.112)
Programa de P & D e eficiência energética	(10.173)	(28.000)	(10.931)	(27.165)
PROINFA	(10.073)	(30.072)	(15.846)	(45.807)
Bandeiras tarifárias e outros	(39.966)	(61.582)	(36.797)	(88.292)
Outros	(907)	(2.721)	(1.006)	(3.017)
Receita operacional líquida	1.108.488	3.009.169	1.162.416	2.899.796

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	915	2.932	915	2.903
Industrial	291	861	305	935
Comercial	397	1.321	406	1.356
Rural	27	81	26	77
Poderes públicos	49	162	51	162
Iluminação pública	83	246	83	244
Serviço público	75	193	56	168
Fornecimento faturado	1.837	5.796	1.842	5.844
Consumo próprio	1	4	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.838	5.800	1.843	5.848
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	29	89	29	88
Energia elétrica de curto prazo	144	276	713	2.094
Suprimento de energia elétrica	173	365	743	2.182

Nº de consumidores	30/09/2018	30/09/2017
Classe de consumidores		
Residencial	1.639.082	1.602.061
Industrial	6.281	6.402
Comercial	82.109	82.905
Rural	7.289	7.224
Poderes públicos	8.204	8.178
Iluminação pública	2.160	2.079
Serviço público	1.194	1.183
Consumo Próprio	152	139
Total	1.746.471	1.710.171

Notas Explicativas

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -6,8% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória, quando comparado à Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi registrada receita de R\$ 131.212 (R\$ 120.684 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), sendo (i) R\$ 6.325 (R\$ 7.133 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 93.167 (R\$ 73.889 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 70 (R\$ 39.662 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 31.650 de subvenção CCRBT, em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2017 a julho de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 137.351. Deste montante R\$ 44.750, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 92.601 referente as homologações de janeiro a julho de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 61.332, referente a Bandeira Tarifária faturada de agosto e setembro de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

Notas Explicativas

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Contudo, a ANEEL por meio da Audiência pública nº 37/2018 revisou o orçamento de 2018 e estabeleceu nova quota de CDE – USO, para os meses de setembro a dezembro de 2018, bem como manteve inalterada a quota de CDE – Energia, conforme REH nº 2.446 de 04 de setembro de 2018. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de abril de 2017 a março de 2018, a mesma resolução definiu também os valores para o período de abril de 2018 a março de 2020.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	143.642	387.605	115.907	342.859
PROINFA	15.664	47.152	8.534	27.509
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	677.476	1.553.706	804.491	1.785.334
Crédito de PIS e COFINS	(75.822)	(177.929)	(85.926)	(199.402)
Subtotal	760.959	1.810.534	843.005	1.956.299
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	85.505	334.208	47.498	135.806
Encargos de transporte de Itaipu	13.541	37.973	12.907	18.841
Encargos de conexão	5.616	16.849	4.192	12.554
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.104	13.116	4.770	12.906
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(30.874)	(23.513)	(12.885)	(36.694)
Encargos de energia de reserva - EER	-	23.431	-	-
Crédito de PIS e COFINS	(7.205)	(37.191)	(5.225)	(13.266)
Subtotal	70.687	364.872	51.258	130.147
Total	831.646	2.175.406	894.263	2.086.446

* Conta de Energia de Reserva

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	537	1.591	578	1.712
PROINFA	49	141	53	147
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.732	5.469	2.268	7.182
Total	2.318	7.201	2.898	9.041

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo de operação	3º Trimestre											
	Custo do serviço prestado a terceiros				Vendas		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	22.239	23.945	-	-	5.971	5.839	6.605	9.745	-	-	34.815	39.529
Entidade de previdência privada	4.093	4.311	-	-	-	-	-	-	-	-	4.093	4.311
Material	5.274	5.106	25	50	238	822	829	(146)	-	-	6.366	5.832
Serviços de terceiros	12.099	12.959	67	74	11.133	9.921	15.079	11.950	-	-	39.378	34.904
Amortização	21.345	20.050	-	-	155	152	3.261	3.858	-	-	24.761	24.060
Custos com construção da infraestrutura	-	-	75.663	68.720	-	-	-	-	-	-	75.663	68.720
Outros	107	458	-	(1)	16.789	12.290	13.293	10.066	2.068	2.218	32.257	25.031
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.555	3.585	-	-	-	-	3.555	3.585
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	13.177	8.607	-	-	-	-	13.177	8.607
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.132	1.123	-	-	1.132	1.123
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	815	441	-	-	815	441
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	9.699	5.330	-	-	9.699	5.330
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	146	99	-	-	146	99
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.059	2.239	2.069	2.239
Outros	107	458	-	(1)	57	97	1.502	3.073	(1)	(21)	1.665	3.606
Total	65.157	66.829	75.754	68.843	34.287	29.025	39.067	35.474	2.068	2.218	216.333	202.389

Notas Explicativas

	9 meses											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais			Total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
Pessoal	72.656	73.084	-	-	16.301	18.123	19.468	29.310	-	-	108.425	120.527
Entidade de previdência privada	12.279	12.933	-	-	-	-	-	-	-	-	12.279	12.933
Material	14.618	14.224	70	108	468	1.040	2.898	488	-	-	18.054	15.860
Serviços de terceiros	36.447	31.798	192	179	32.555	30.484	41.745	38.456	-	-	110.939	100.917
Amortização	63.028	58.890	-	-	501	429	11.052	12.704	-	-	74.581	72.023
Custos com construção de infraestrutura	-	-	177.174	168.936	-	-	-	-	-	-	177.174	168.936
Outros	291	3.188	(1)	(2)	48.002	44.111	25.910	36.197	6.618	7.104	80.820	90.598
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	10.399	10.317	-	-	-	-	10.399	10.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	37.388	33.533	-	-	-	-	37.388	33.533
Arendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	3.314	3.402	-	-	3.314	3.402
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.507	1.273	-	-	1.507	1.273
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.338	25.266	-	-	16.338	25.266
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	440	462	-	-	440	462
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.631	7.153	6.631	7.153
Outros	291	3.188	(1)	(2)	216	260	4.310	5.794	(13)	(49)	4.803	9.191
Total	199.320	194.127	177.436	169.121	97.827	94.186	101.073	117.156	6.618	7.104	582.274	581.694

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	2.804	7.112	12.834	48.041
Acréscimos e multas moratórias	12.157	36.284	10.725	32.236
Atualização de créditos fiscais	251	290	1.046	1.137
Atualização de depósitos judiciais	1.946	5.720	2.601	8.789
Atualizações monetárias e cambiais	4.257	8.253	629	2.053
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.144	5.286	122	450
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	1.614	4.759	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.613)	(4.764)	(1.539)	(5.183)
Outros	1.404	4.447	1.475	4.370
Total	24.963	67.389	27.893	91.892
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.729)	(76.361)	(25.874)	(80.335)
Atualizações monetárias e cambiais	(14.392)	(25.565)	(16.206)	(76.573)
(-) Juros capitalizados	679	2.639	366	1.629
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(6.670)	(16.221)
Outros	(1.092)	(8.180)	(3.757)	(10.368)
Total	(40.534)	(107.467)	(52.140)	(181.868)
Resultado financeiro	(15.571)	(40.079)	(24.247)	(89.976)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 2017 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 162.948 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (perdas de R\$ 47.742 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 30 de setembro de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Notas Explicativas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2017. A Companhia pagou em junho de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CPFL Geração que tinham vencimento original de fevereiro a maio de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.079 (R\$ 1.891 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). Este valor é composto por R\$ 2.029 (R\$ 1.870 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 50 (R\$ 21 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) de outros benefícios de longo prazo.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2018	31/12/2017	9 meses 2018	9 meses 2017
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	33	189	24.762	10.353

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Notas Explicativas

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	9 meses 2018	9 meses 2017	9 meses 2018	9 meses 2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	99	-	209	-	-	-	(811)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.230	695	820	557	-	-	(3.091)	7
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	-	-	(300)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(86)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(113)
Companhia Jaguarí de Energia	384	80	52	12	-	-	(2.840)	15
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	-	-	(58)
Rio Grande Energia S.A.	670	226	57	14	-	-	(5.055)	(1.859)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	796	-	183	-	-	-	(5.966)	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	78	-	37	-	-	-	(709)
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	49	71	-	-	-	-	(422)	(843)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(28)	(11)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	25	58	1	5	-	-	-	(323)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	3	3	3	1	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(14)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	656	647
CPFL Renováveis - Consolidado	16	-	-	-	109	93	12	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	392	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	5	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	28.445	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	35.501	76.440	4.490	12.817	15	8	15.271	8.435
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	762	812	-	-	6.477	6.405
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	830	705	-	-	6.821	6.291
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	16.472
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.163	785	-	-	8.134	8.069
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.356	1.596	-	-	13.061	12.900
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.473	17.501	-	-	51.865	50.015
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	26	25
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	19.367	8.271	-	-	48.766	44.385
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	84	85	-	-	694	678
Campos Novos Energia S.A.	-	-	29.519	17.600	-	-	91.256	80.407
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4.606	13.334	-	-	45.665	40.017
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	23.915	11.359	-	-	111.638	98.486
CPFL Renováveis - Consolidado	251	-	-	957	-	-	4.897	10.231
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	35	22
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	30	3
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	23	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	987	404

(*) As informações referente ao resultado dos 9 meses de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguarí de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Notas Explicativas

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2018	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	373.763	373.763
Derivativos	29	(a)	Nível 2	233.479	233.479
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.099.564	1.099.564
Total				1.706.806	1.706.806
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	160.343	160.343
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	Nível 2	1.005.483	1.005.483
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	943.343	933.244
Derivativos	29	(a)	Nível 2	8.522	8.522
Total				2.117.691	2.107.592

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 3.777 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2018 (uma perda de R\$ 13.969 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 são de R\$ 33.217 (R\$ 16.846 do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

Notas Explicativas

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	225.865	-	225.865	222.935	2.930	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou 3,27%	105,6% a 114,2% do CDI	mar/19 a mai/21	673.214
Empréstimos bancários - Lei 4.131	7.615	-	7.615	9.370	(1.755)	Euro + 0,80%	105,1% do CDI	mai/21	100.000
	<u>233.479</u>	<u>-</u>	<u>233.479</u>	<u>232.305</u>	<u>1.175</u>				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(4.396)	(4.396)	82	(4.478)	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	out/25	197.000
Hedge variação de taxa de juros									
Debêntures/Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(4.126)	(4.126)	(3.506)	(621)	CDI	juros de 6,72% a 7,80%	jan/19	1.100.000
	<u>-</u>	<u>(8.522)</u>	<u>(8.522)</u>	<u>(3.423)</u>	<u>(5.099)</u>				
Total	<u>233.479</u>	<u>(8.522)</u>	<u>224.957</u>	<u>228.881</u>	<u>(3.924)</u>				
Circulante	131.928	(8.522)							
Não circulante	101.551								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2018
Para dívidas designadas a valor justo	158.850	158.686	(85.231)	232.305
Para dívidas não designadas a valor justo	213	(2.684)	(952)	(3.423)
Marcação a mercado (*)	(10.235)	6.311	-	(3.924)
Total	<u>148.828</u>	<u>162.313</u>	<u>(86.183)</u>	<u>224.957</u>

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.134 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 5.823 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na

Notas Explicativas

rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2018		2017		2018
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	9 meses
Varição de taxas de juros	(1.476)	(2.684)	82	22	-
Marcação a mercado	(4.648)	(5.799)	373	989	(24)
Varição cambial	37.975	158.685	(41.126)	(50.700)	-
Marcação a mercado	2.773	12.746	(1.316)	1.947	(612)
Total	34.624	162.948	(41.987)	(47.742)	(636)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(897.842)		(44.804)	190.858	426.519
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	914.900		45.655	(194.484)	(434.623)
	17.058	baixa dolar	851	(3.626)	(8.104)
Instrumentos financeiros passivos	(107.641)		(8.904)	20.232	49.368
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	109.355		9.045	(20.555)	(50.155)
	1.714	baixa euro	141	(323)	(787)
Total	18.772		992	(3.949)	(8.891)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			410	(1.465)	(3.341)
Efeitos no resultado do período			582	(2.483)	(5.550)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2018 foi de R\$ 4,00 para o dólar e R\$ 4,65 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,20 e R\$ 5,04 e a depreciação cambial de 4,99% e 8,27%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários

Notas Explicativas

definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	357.371				28.375	35.469	42.563
Instrumentos financeiros passivos	(689.278)				(54.729)	(68.411)	(82.093)
Derivativos - swap plain vanilla	160.448				12.740	15.924	19.109
	(171.459)	alta CDI	6,69%	7,94%	(13.614)	(17.018)	(20.421)
Instrumentos financeiros passivos	(63.032)	alta TJLP	6,73%	6,56%	(4.135)	(5.169)	(6.202)
Instrumentos financeiros passivos	(261.565)				(12.372)	(9.279)	(6.186)
Derivativos - swap plain vanilla	197.780				9.355	7.016	4.677
Ativo financeiro da concessão	1.099.564				52.009	39.007	26.005
	1.035.779	baixa IPCA	4,44%	4,73%	48.992	36.744	24.496
Ativos e passivos financeiros setoriais	450.809				35.929	26.947	17.965
Instrumentos financeiros passivos	(31.984)				(2.549)	(1.912)	(1.275)
	418.825	baixa SELIC	6,55%	7,97%	33.380	25.035	16.690
Total	1.220.113				64.623	39.592	14.563
Efeitos no resultado do período					64.623	39.592	14.563

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 87.448.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, um valor de R\$ 2.639 (R\$ 1.629 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

(31) EVENTOS SUBSEQUENTES E FATOS RELEVANTES

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 05 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP027612/O-4

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2018.

Campinas, 5 de novembro de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Mingyan Liu

Diretor de Assuntos Regulatórios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2018.

Campinas, 5 de novembro de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Mingyan Liu

Diretor de Assuntos Regulatórios